

em todos os domínios e fomentando a iniciativa individual geradora do desenvolvimento da riqueza para todos. Estas teses são a aplicação à economia dos princípios fundamentais do utilitarismo social de Jeremy Bentham.

John Stuart Mill também seria lido pelos intelectuais portugueses que defendiam que a sociedade deve procurar promover as melhores oportunidades de desenvolvimento pessoal e social para todos, ao mesmo tempo que só deve intervir quando os indivíduos não forem capazes de promover o bem-estar individual e social através de uma educação para os valores. Na cultura portuguesa, ao longo da história, o utilitarismo e o antiutilitarismo vão-se alternando, consoante uma maior ou menor liberdade/autoridade estatal.



Bibliog.: AMARAL, Diogo Freitas do, *História das Ideias Políticas*, Lisboa, ed. do Autor, s.d.; BOUCHE, Jean-François, “De l’utilité dans la révolution”, *Revue du Mauss*, n.º 8, 1990, pp. 142-162; CAILLÉ, A., “Le juste, l’utile et l’agréable: l’utilitarisme dans la République de Platon”, *Revue du Mauss*, n.º 6, 1990, pp. 69-96; *Id.*, “Esquisse d’une critique de l’économie de la pratique”, *Cahiers du Lasa*, n.ºs 8-9, 1992, pp. 103-214; CARVALHO, Paulo Archer de, e CATROGA, Fernando, *Sociedade e Cultura Portuguesas*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994; DOMENECH, Jacques, *L’Étique des Lumières*, Paris, Vrin, 1988; MILL, John Stuart, *Utilitarianism, on Liberty, Considerations on Representative Government*, London, Everyman, 1993; PARIJS, Philippe van, *Qu’Est-Ce Qu’Une Société Juste?*, Paris, Seuil, 2007; RUSS, Jaqueline, *A Aventura do Pensamento Europeu. Uma História das Ideias Ocidentais*, Lisboa, Terramar, 1997; TAVARES, Maria José Ferro, *Sociedade e Cultura Portuguesas*, 2 vols., Lisboa, Universidade Aberta, 1990.

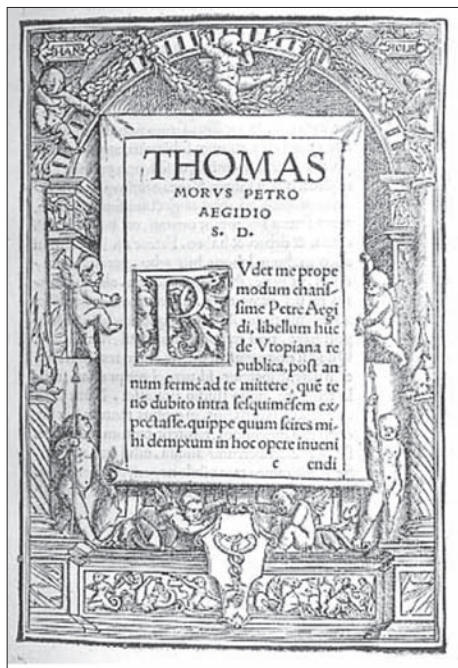
ISABEL BALTAZAR

Antiutopismo

Antiutopia é o processo discursivo baseado numa ficção cujo valor representa a antítese da utopia ou, por outras palavras, uma utopia negativa.

Etimologicamente, o vocábulo “utopia” [do grego: “ou” (não) + “topos” (lugar)] refere-se a um lugar imaginário demasiado bom para ser praticável, “uma sociedade ideal, fundamentada em leis justas e instituições comprometidas com o bem-estar da comunidade” (HOUAISS, 2003). Como esse mundo não existe, a utopia mais não é que um não lugar. Como sua antítese, a antiutopia refere-se igualmente a um lugar imaginário, um não lugar demasiado mau para ser praticável, uma sociedade em que não é possível um fim feliz, permeada por um clima inteiramente pessimista em que não há as mínimas condições para a afirmação pessoal do indivíduo, um lugar ou uma sociedade imaginários, caracterizados pela mais absoluta miséria humana e aberrante opressão.

A utopia original, a sociedade perfeita onde tudo estava certo, foi imaginada, ao longo dos tempos, por variados filósofos, com especial relevo para Platão com os seus diálogos sobre a Atlântida. Mas foram as chamadas utopias científicas do séc. XVII que lhe deram projeção e consagraram o tema no pensamento moderno. Neste sentido, foi Thomas More (1478-1535) quem melhor consagrou o seu discurso. Fê-lo no seu tratado *De Optimo Rei Publicae Statu, deque Nova Insula Utopia, Libellus vere Aureus, nec Aureus, ne Minus Salutaris Quam Festivus*, primeiramente publicado em latim, em Lovaina, em 1516, e traduzido para inglês por Raphe



Primeira página de *Utopia* (1516), de Thomas More.

Robinson, que o tornou público no seu país em 1551. Nele descreve uma ilha imaginada, cuja capital era Amarautum, situada a cerca de 15.000 passos do continente, nas margens do rio Anyder, onde a maré se fazia sentir para além de várias milhas da cidade e as cidades, os serviços públicos, a produção, o trânsito, a economia, o sistema jurídico, a política e a religião eram os de uma sociedade ideal.

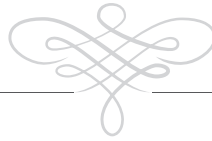
O discurso sobre a utopia dominou a cultura do Ocidente durante toda a Idade Moderna, na ciência, na moral, na religião, na arte e, na sequência de Thomas More, a *Cidade do Sol* (1602), de Tomás Campanella, a *Fama Fraternitatis* (1614), dos rosas-cruzes, a *Idade do Ouro Restaurada* (1616), de Ben Jonson, a *Atlanta Fugiens* (1618), de Michael Maier, a *Cidade Cristã* (1619), de J. Valentim Andreae, e a *Nova Atlântida* (1626), de Francis Bacon, entre outros tratados do género, deram-lhe a

adequada formatação. O discurso da utopia é o discurso dos mitos da felicidade eterna, do paraíso terreal, da terra das maravilhas. A ideia jacente e o grande objetivo deste discurso seria transformar o ser humano e a sociedade, no sentido da sua plena realização. Esta ideia criou maravilhas, mas não passou incólume a um grande número de horrores, percebidos como efeitos indissociáveis do progresso proposto – e estes rapidamente deram origem a um discurso de sentido contrário.

Com efeito, já em 1600 o bispo inglês Joseph Hall publicava o seu *Mundus Alter et Idem, sive Terra Australis Antehac semper Incognita*, obra na qual descrevia as terras de Crapulia, Vivagina, Moronia e Lavernia, onde reinava o caos, a desordem, a anarquia e a tirania sob o domínio de homens horrosos, glutões, tolos e ladrões, em que o viver seria o oposto do éden bíblico.

Em 1868, num discurso no parlamento britânico, John Stuart Mill, referindo-se aos lugares de caos, anarquia e tirania, considerava demasiado elogioso chamá-los utópicos. Em seu entender, esses lugares deveriam ser chamados distópicos (*dis-*, do gr. antigo: “dificuldade; dor”) ou caco-tópicos (*caco-*, do gr. antigo: “mau; ruim”). Se o que é comumente chamado utopia é demasiado bom para ser praticável, os lugares da antiutopia ou da distopia (de acordo com a terminologia proposta, em 1952, por G. Negley e J. M. Patrick) seriam de igual modo demasiado ruins para terem qualquer viabilidade.

Usando qualquer uma destas designações, a literatura interessada e mesmo centrada na análise destes lugares de caos, anarquia e tirania ganhou particular interesse no séc. xx e começos do séc. xxi. No seu conteúdo moral, projetada o modo como os dilemas morais deste tempo prospeçam o futuro da sociedade.

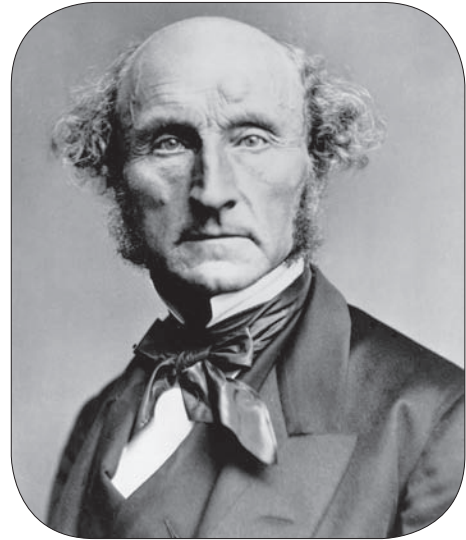


É o discurso da antiutopia, cuja cultura é o antiutopismo.

Como representação ou descrição de uma organização social futura caracterizada por condições de vida insuportáveis, com o objetivo de criticar tendências da sociedade coeva ou parodiar utopias, alertando para os seus perigos, o discurso do antiutopismo, ou da utopia no negativo, assumiria um papel significativo em particular na obra *News from nowhere* (1890), de William Morris, e, no decorrer do séc. xx, nas obras de alguns romancistas, nomeadamente em *Nós* (1924), de Y. I. Zamyatin, em *Brave New World* (1932) e *Ape and Essence* (1948), de Aldoux Huxley, e sobretudo nas obras de George Orwell, *Animal Farm* (1945) e *1984* (1949), bem como em *One* (1953), de David Karp, e em *Wanting Seed* (1963) e *Clorkwork Orange* (1965), de Anthony Burgess.

Trata-se de um discurso pessimista, que antecipa e descreve sociedades a que se chegou pela ação ou falta de ação humana, por mau comportamento ou por ignorância, em que não aparecem janelas de esperança; de um discurso muito crítico de um poder mantido por elites que pouca ou nenhuma atenção dão às carências e privações do indivíduo, em sociedade em que a violência é generalizada e banalizada; de um discurso encandeado pelo totalitarismo, pelo autoritarismo, em que a tecnologia é usada como ferramenta de controlo opressivo da sociedade, seja pelo Estado, seja pelas instituições.

Na sua origem está a desilusão trazida pelos efeitos negativos da Revolução Industrial, evidenciados na contínua exploração e no conseqüente empobrecimento das classes mais baixas, que nem o sistema capitalista nem o sistema marxista foram capazes de evitar. A crise social gerada por um e outro mostrou que o desenvolvimento tecnológico para o qual sempre apontou o discurso da utopia não

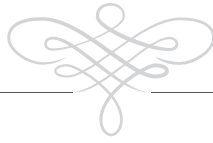


John Stuart Mill (1816-1873).

só não parece ser a salvação do homem e da sociedade, como contém em si a semente de novos e grandes problemas para os quais não parece ter a solução, mostrando-se antes como parte deles.

O antiutopismo é, pois, o discurso em que o mundo é visionado e descrito como um lugar indiscutivelmente pior do que aquele em que se vive, um lugar aterrador e arrepiante. Assim considerada, a literatura antiutópica tornou-se num género literário em que o escritor exprime o negativo do tempo em que se coloca. Na sua narração, há sempre alguém – uma organização ou o próprio Estado – que tudo controla. As regras ditadas são rígidas e, alegadamente criadas para o bem comum, apenas favorecem uma minoria, segregando a maioria.

O discurso da antiutopia pretende assim exprimir a crise da esperança histórica, proclamando a insensatez da luta revolucionária que visa eliminar o mal do seio da vida em sociedade, considerando que ele não é de todo eliminável; nem o desenvolvimento da ciência, nem



o desenvolvimento da técnica o conseguirão fazer algum dia e, em vez de contribuírem decisivamente para a resolução dos problemas globais e para a criação de um regime social justo, ciência e técnica fomentarão, segundo o discurso da antiutopia, a crescente escravidão do homem e a hostilidade face à cultura.

Em 1923, no seu ensaio “O sentido histórico da teoria de Einstein”, Ortega y Gasset relacionou o antiutopismo com a exacerbação do racionalismo e da mentalidade utópica, considerando ter sido esta mentalidade que, desde Platão, na Grécia Antiga, arrastou a cultura do mundo ocidental para uma apreciação frívola dos fatores elementares da vida. Incapazes de aceitar alegremente o nosso destino, deixamo-nos arrastar por interpretações caprichosas e derrotistas, com que pretendemos suplantar os nossos mais profundos desejos.



Bibliog.: GASSET, Ortega y, “O sentido histórico da teoria de Einstein”, in GASSET, Ortega y, *Obras Completas*, t. 3, Madrid, Alianza, 1983, pp. 232-242; HOUAISS, Antônio et al. (dirs.), *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*, Lisboa, Temas e Debates, 2003; HUXLEY, Aldous, *O Macaco e a Essência*, Lisboa, Livros do Brasil, 1965; *Id.*, *O Admirável Mundo Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1977; JACOBY, Russell, *Imagem Imperfeita: Pensamento Utópico para Uma Época Antiutópica*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007; KROTZ, Esteban, *Utopía*, México, Universidade Autónoma Metropolitana Iztapalapa, 1988; MORUS, Thomas, *De Optimo Rei Publicae Statu, deque Nova Insula Utopia, Libellus vere Aureus, nec Aureus, ne Minus Salutaris Quam Festivus*, Louvain, s.n., 1516; ORWELL, George, *O Triunfo dos Porcos*, Lisboa, Europa-América, 1990; *Id.*, 1984, Lisboa, Antígona, 1991.

ANTÓNIO M. AMORIM DA COSTA

Antivacínismo

Os discursos que colocam em causa a legitimidade e os efeitos da vacinação adquiriram, no começo do séc. XXI, uma visibilidade assinalável. Um artigo de Andrew Wakefield, publicado em 1998 na revista *The Lancet*, reacenderia um debate, supostamente resolvido, em torno destas questões, estabelecendo uma alegada relação entre o autismo e a vacina tríplice, preventiva do sarampo, da rubéola e da papeira. Conclusões que, motivando inquietações coletivas de sempre e ampliadas pelos *media* um pouco por todo o mundo, estiveram na base de um movimento em prol da liberdade de escolha nestas matérias que foi adquirindo expressão na cultura do seu tempo, e que as acusações de fraude e de manipulação de dados, endereçadas ao autor, não parecem abalar. Mas o que tornou a vacinação um objecto particularmente inquietante? E o que nos ensina a história sobre os fundamentos deste debate?

Uma leitura atenta da literatura médica do séc. XVIII permite constatar que a afirmação histórica dos movimentos de inoculação, primeiro, e de vacinação, depois, não se fez sem dificuldade. E não foram razões de natureza exclusivamente médica que estiveram no cerne da desconfiança de médicos e populações em relação a estas práticas preventivas. Na sua *Ilustração Médica* (1761), Duarte Rebelo de Saldanha ilustra bem esta apreensão perante a inoculação das bexigas, isto é, a introdução da matéria purulenta, extraída de um indivíduo doente, num corpo saudável com intuito profilático. Para este facultativo, a incerteza médica quanto